

Serras Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Serras Holding S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serras Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serras Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, ao exercício de 2016 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de abril de 2017, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as

respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Serras Holding S A

Balços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2017	Consolidado 2017	Controladora 2016	Consolidado 2016	Passivo	Nota	Controladora 2017	Consolidado 2017	Controladora 2016	Consolidado 2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	68	35.423	56	24.541	Fornecedores	10	181	10.915	114	7.309
Contas a receber	5	-	31.891	-	13.337	Financiamentos	8	-	28.528	-	27.998
Partes relacionadas		1.584	-	1.584	-	Debentures	9	-	27.810	-	27.723
Tributos compensáveis		-	3.744	-	2.555	Partes relacionadas		-	3.774	251	914
Despesas antecipadas		-	1.450	-	301	Obrigações fiscais		31	5.184	-	11.262
Dividendos a receber		3.792	-	1.806	-	Dividendos a pagar		8.057	8.057	6.092	6.092
Total do ativo circulante		5.444	72.508	3.446	40.734	Outras contas a pagar		-	7	-	316
Aplicação Financeira		-	-	-	16.396	Total do passivo circulante		8.269	84.275	6.457	81.614
Contas a receber	5	-	20.078	-	18.572	Provisão para desmobilização		-	349	-	349
Investimento	6	279.007	-	264.761	-	Tributos diferidos		359	359	-	1.630
Imobilizado	7	-	643.037	-	660.144	Obrigações fiscais		-	7.515	-	-
Total do ativo não circulante		279.007	663.115	264.761	695.112	Financiamentos	8	-	367.302	-	390.503
						Total do passivo não circulante		359	375.525	-	392.482
						Patrimônio líquido	11				
						Capital social		248.178	248.178	240.415	240.415
						Reserva de lucros		27.645	27.645	21.335	21.335
						Total do patrimônio líquido		275.823	275.823	261.750	261.750
Total do ativo		284.451	735.623	268.207	735.846	Total do passivo e patrimônio líquido		284.451	735.623	268.207	735.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Nota	2017	2017	2016	2016
Receita operacional líquida	13	-	109.174	-	94.844
Custos de geração	14	-	(32.852)	-	(8.414)
Lucro bruto		-	76.322	-	86.430
Despesas gerais ou administrativas		(531)	(8.914)	(305)	(22.521)
Outras despesas/receitas		-	1.146	-	(250)
Equivalencia patrimonial	6	8.896	-	14.878	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		8.365	68.554	14.573	63.659
Receita financeiras		49	2.709	1.458	5.094
Despesas financeiras		(139)	(60.743)	-	(47.586)
Despesas financeiras líquidas	15	(90)	(58.034)	1.458	(42.492)
Imposto de renda e contribuição social		-	(2.245)	-	(5.136)
Resultado do exercício.	12	8.275	8.275	16.031	16.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2017	2017	2016	2016
Resultado do exercício	8.275	8.275	16.031	16.031
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>8.275</u>	<u>8.275</u>	<u>16.031</u>	<u>16.031</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Capital subscrito	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total Geral
		Reserva Legal	Reserva de retenção de		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	206.952	570	10.826	-	218.348
Capital subscrito	33.463	-	-	-	33.463
Resultado do exercício	-	-	-	16.031	16.031
Reserva legal	-	802	-	(802)	-
	-	-	-	(6.092)	(6.092)
	-	-	9.137	(9.137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	240.415	1.372	19.963	-	261.750
Capital subscrito	7.763	-	-	-	7.763
Resultado do exercício	-	-	-	8.275	8.275
Constituição de reserva legal	-	414	-	(414)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.965)	(1.965)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.896	(5.896)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	248.178	1.786	25.859	-	275.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Controladora 2017	Consolidado 2017	Controladora 2016	Consolidado 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	8.275	8.275	16.031	16.031
Resultado de equivalência patrimonial	(8.896)	-	(14.878)	-
Depreciação	-	24.374	-	11.976
Juros sobre empréstimo e debêntures	-	42.020	-	29.249
Tributos diferidos	359	(1.271)	-	(2.565)
Provisão para desmobilização	-	-	-	349
Varição nos ativos e passivos				
Redução (Aumento) em impostos a recuperar	-	(1.189)	-	(520)
Redução (Aumento) em adiantamentos	-	-	-	(213)
Redução (Aumento) em contas a receber	-	(20.060)	-	(28.224)
Aumento (redução) Partes relacionadas	(251)	2.860	(1.333)	(111)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	-	(1.149)	-	-
Aumento (redução) em fornecedores	67	3.606	22	1.407
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	(309)	-	316
Aumento (redução) em obrigações fiscais	31	1.437	(6)	8.726
Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(415)	58.594	(164)	36.421
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	316
Amortização de principal e juros de debêntures	-	(3.633)	-	(41.553)
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-	(60.971)	-	(16.908)
Captações de financiamentos	-	-	-	17.414
Integralização de capital	7.763	7.763	33.463	33.463
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	7.763	(56.841)	33.463	(7.268)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	16.396	-	(16.396)
Aquisição de imobilizado	-	(7.267)	-	(110.422)
Aumento de capital em investidas	(7.336)	-	(33.284)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(7.336)	9.129	(33.284)	(126.818)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	12	10.882	15	(97.665)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	56	24.541	41	122.206
No fim do exercício	68	35.423	56	24.541
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	12	10.882	15	(97.665)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Serras Holding (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Natal/RN. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A relação das empresas controladas está apresentada na Nota 2.2.

b. Autorização para produção de energia, potência instalada e capacidade produtiva

As controladas da Companhia, que iniciaram suas operações em janeiro de 2016, possuem as seguintes autorizações para funcionamento como “produtor independente de energia elétrica” expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e capacidades de geração de energia elétrica:

Companhia	Central geradora eólica	Prazo de autorização (anos)	Capacidade (não auditado)
Eólica Seridó S.A.	Serra de Santana III	30	30 MW
Eólica Lanchinha S.A.	Lanchinha	30	28 MW
Eólica Paraíso S.A.	Pelado	30	20 MW
Eólica Lagoa Nova S.A.	Serra de Santana II	30	30 MW
Eólica Serra de Santana S.A.	Serra de Santana I	30	20 MW
			<u>128 MW</u>

c. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante individual no montante de R\$ 2.825 e consolidado no montante de R\$ 11.767. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis individuais da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017, apresentadas abaixo:

Controladas:	% de Participação
Eólica Seridó S.A.	100,00
Eólica Lanchinha S.A.	100,00
Eólica Paraíso S.A.	100,00
Eólica Lagoa Nova S.A.	100,00
Eólica Serra de Santana S.A.	100,00

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Torres de Geração de Energia Eólica

25 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

g. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCCE - Câmara de Comercialização de Energia .

h. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

i. CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada à CCEE; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

j. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4 Caixas e equivalentes de caixa (Consolidado)

	2017	2016
Bancos	14.360	5.892
Aplicações financeiras (a)	21.063	35.045
	35.423	40.937
Circulante	35.423	24.541
Não circulante	-	16.396

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Bradesco, BNB (Banco do Nordeste) e Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente as aplicações do Santander, taxa de 96% CDI referente as aplicações do BNB e 97% CDI referente as aplicações no Bradesco.

5 Contas a receber (Consolidado)

	2017	2016
Camara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	51.969	31.909
Circulante	31.891	13.337
Não circulante	20.078	18.572

Todos os títulos em aberto em 31/12/2017 estão classificados como a vencer.

O montante de R\$ 20.078 classificado como não circulante refere-se as provisões efetuadas e que serão liquidadas ao final do quadriênio conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

6 Investimento (Controladora)

a. Movimentação dos investimentos

Empresa Investida	2017					2016	
	Eolica Serra de Santana	Eolica Lagoa Nova	Eolica Seridó	Eolica Paraíso	Eolica Lanchinha	Total	Total
% de participação	100%	100%	100%	100%	100%		100%
Saldo do investimento no início do exercício	47.326	65.930	60.451	37.128	53.926	264.761	218.405
Equivalência Patrimonial	3.698	2.262	1.446	1.831	-341	8.896	14.878
Aumento de Capital	1.165	2.336	1.191	714	1.930	7.336	33.284
Dividendos mínimos distribuídos	(670)	(538)	(343)	(435)	-	(1.986)	(1.806)
Saldo do investimento no final do exercício	51.519	69.990	62.745	39.238	55.515	279.007	264.761

b. Informação sobre controladas

Empresa Investida	2017					Total
	Eolica Serra de Santana	Eolica Lagoa Nova	Eolica Seridó	Eolica Paraíso	Eolica Lanchinha	
Ativo total	123.907	188.787	177.579	101.051	151.130	742.454
Passivo total	72.388	118.797	114.834	61.813	95.715	463.547
Patrimônio líquido	51.519	69.990	62.745	39.238	55.415	278.907
Resultado do exercício	3.698	2.262	1.446	1.831	(341)	8.896

7 Imobilizado (Consolidado)

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitorias	660.144	7.267	(24.374)	643.037
Total	<u>660.144</u>	<u>7.267</u>	<u>(24.374)</u>	<u>643.037</u>

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Edificações, obras civis e benfeitorias	543.531	128.587	2	(11.976)	660.144
Imobilizado em andamento (a)	2	-	(2)	-	-
Total	<u>543.533</u>	<u>128.587</u>	<u>-</u>	<u>(11.976)</u>	<u>660.144</u>

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

8 Financiamentos (Consolidado)

	Taxa de juros	Vencimentos	2017	2016
Financiamentos (a)	2,65% a.a. + TJLP	15/10/2032	395.830	418.501
Total			395.830	418.501
Circulante			28.528	27.998
Não Circulante			367.302	390.503

- (a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

	2017	2016
Saldo em 01 de janeiro	418.501	376.573
Captação	-	17.414
Juros incorridos	38.300	41.422
Amortização de principal e juros	(60.971)	(16.908)
Saldo em 31 de dezembro	<u>395.830</u>	<u>418.501</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES e/ou BNB tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES e/ou BNB, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES e/ou BNB;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES e/ou BNB, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato (exclusivamente para BNDES);
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES e/ou BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

9 Debêntures (Consolidado)

Em 01 de julho de 2014 a Diretoria Executiva autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 78.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 78.500.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de CDI + 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios.

O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A última parcela de amortização do principal ocorrerá durante o exercício de 2018, portanto está classificada no passivo circulante.

	2017	2016
Saldo em 01 de janeiro	27.723	63.286
Juros incorridos	3.720	5.990
Amortização do principal e juros	<u>(3.633)</u>	<u>(41.553)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>27.810</u>	<u>27.723</u>

10 Fornecedores (Consolidado)

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

11 Patrimônio líquido (Controladora)

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 248.178 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 240.415 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 248.178 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O aumento de R\$ 7.763 foi integralizado ao longo de 2017 e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

a. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

b. Reserva de Lucros

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de Retenção de Lucros

O saldo remanecente do resultado do exercício, ficará a disposição da Assembleia para futura destinação.

12 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

Resultado de operações continuadas antes dos impostos	10.519	21.167
Despesas/Receitas não dedutíveis	<u>(3.865)</u>	<u>(6.051)</u>
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	<u>6.654</u>	<u>15.116</u>
IRPJ e CSLL 34%	<u>2.245</u>	<u>5.136</u>

13 Receita operacional líquida (Consolidado)

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

	2017	2016
Receita bruta	112.574	97.242
Energia elétrica - Geração própria	112.574	97.242
Deduções da receita	(3.400)	(2398)
Pis sobre faturamento	(605)	(425)
Cofins sobre faturamento	<u>(2.795)</u>	<u>(1.973)</u>
Total	<u>109.174</u>	<u>94.844</u>

14 Custos de geração

	2017	2016
Encargos de transmissão e conexão	(6.349)	(8.414)
Arrendamentos	(1.246)	-
Outros	(871)	-
Depreciação	(24.386)	-
Total	(32.852)	(8.414)

15 Resultado financeiro (Consolidado)

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeira	2.588	3.469
Outras receitas	121	1.625
	2.709	5.094
Despesas financeiras		
Despesas com juros diversos	(41.134)	(45.683)
Comissão Fiança	(19.609)	-
Outras despesas financeiras	-	(1.903)
	(60.743)	(47.586)
Total	(58.034)	42.492

16 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	35.423	35.423	40.937	40.937
Contas a receber	51.969	51.969	31.909	31.909
Fornecedores	10.915	10.915	7.309	7.309
Debêntures	27.810	27.810	27.723	27.723
Financiamentos	395.830	395.830	418.501	418.501
Total	521.947	521.947	526.379	526.379

b. Instrumentos financeiros por categoria

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	35.423	-	40.937	-
Contas a receber	51.966	-	31.909	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	10.915	-	7.309
Debêntures	-	27.810	-	27.723
Financiamentos	-	395.830	-	418.501